
**ENTRE REDES E NÉVOAS:
EDUCAÇÃO CRÍTICA, CIBERDEMOCRACIA E PÓS-VERDADE**

**BETWEEN NETWORKS AND MISTS:
CRITICAL EDUCATION, CYBERDEMOCRACY, AND POST-TRUTH**

**ENTRE REDES Y NEBLINAS:
EDUCACIÓN CRÍTICA, CIBERDEMOCRACIA Y POSVERDAD**

Ingrid de Magalhães Porto Cruz¹
Diego Oliveira Santos de Goes²

RESUMO

Este artigo investiga a importância de educar para o uso consciente e crítico das redes e mídias digitais no contexto da pós-verdade. A partir da metáfora das redes como mares turbulentos e imprevisíveis, propõe-se uma reflexão aprofundada sobre os desafios e as possibilidades da Ciberdemocracia, um conceito que designa a participação cidadã mediada pelas tecnologias digitais, em tempos em que as emoções e as narrativas pessoais frequentemente se sobrepõem aos fatos objetivos. O texto busca mapear caminhos educativos que favoreçam uma cidadania crítica, ética e sensível ao complexo ambiente informacional contemporâneo, reconhecendo a centralidade da educação como uma bússola indispensável para a navegação segura nas águas incertas das mídias sociais. Em um cenário onde a informação se prolifera em um fluxo contínuo, a educação emerge como o farol que ilumina a rota, permitindo que os indivíduos não apenas consumam informações, mas as interpretem, questionem e produzam conhecimento de forma responsável. A metáfora do mar e da navegação será constantemente revisitada para ilustrar a complexidade e a fluidez do ambiente digital. Metodologicamente, trata-se de pesquisa qualitativa, teórica e exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica interdisciplinar e análise de conteúdo orientada pelas categorias cidadania digital, desinformação, educação crítica e mediação tecnológica. A análise indica que as redes digitais ampliam possibilidades de participação e circulação do conhecimento, mas também favorecem bolhas informacionais, desinformação e polarização; conclui-se que a educação crítica e midiática é condição relevante para uma Ciberdemocracia mais responsável e inclusiva.

Submetido em: 01/11/2025 – **Aceito em:** 12/02/2026 – **Publicado em:** 15/03/2026

¹Mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (PPED/UNIT), na linha de Educação e Comunicação. Bolsista CAPES - Programa de Suporte à Pós-graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP/Capes). Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação, Tecnologias de Informação e Cibercultura (GETIC/UNIT/CNPq). ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-0614-0539>. E-mail: ingridporto.cruz@gmail.com

²Mestre em Educação pela Universidade Tiradentes (PPED/UNIT), com ênfase em Inteligência Artificial. Membro do Grupo de Pesquisa Educação, Tecnologia da Informação e Cibercultura (GETIC/UNIT/CNPq). Possui graduação em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Tiradentes (2003). Atualmente é jornalista - Tarcísio Dantas Barbosa EPP e contrato (MEI) e Release Comunicação. Tem experiência na área de Comunicação social/jornalismo, atuando principalmente nos seguintes temas: política, comunicação, ações e marketing. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4453-4410>. E-mail: diegogoes2013@gmail.com



Palavras-chave: Educação Midiática. Ciberdemocracia. Pós-Verdade. Redes Digitais. Cidadania Crítica.

ABSTRACT

This article investigates the importance of educating for the conscious and critical use of digital networks and media in the context of post-truth. Drawing on the metaphor of networks as turbulent and unpredictable seas, it offers a deep reflection on the challenges and possibilities of cyberdemocracy — a concept that refers to citizen participation mediated by digital technologies in times when emotions and personal narratives often outweigh objective facts. The text seeks to map educational paths that foster critical, ethical, and sensitive citizenship in today's complex informational environment, recognizing education as an indispensable compass for safe navigation through the uncertain waters of social media. In a scenario where information proliferates in a continuous flow, education emerges as a lighthouse that illuminates the route, enabling individuals not only to consume information but also to interpret it, question it, and responsibly produce knowledge. The metaphor of the sea and navigation is constantly revisited to illustrate the complexity and fluidity of the digital environment. Methodologically, this is a qualitative, theoretical, and exploratory study based on an interdisciplinary literature review and content analysis guided by the categories of digital citizenship, disinformation, critical education, and technological mediation. The analysis indicates that digital networks expand possibilities for participation and knowledge circulation, but also foster information bubbles, disinformation, and polarization; it concludes that critical media education is a relevant condition for a more responsible and inclusive cyberdemocracy.

Keywords: Media Education. Cyberdemocracy. Post-Truth. Digital Networks. Critical Citizenship.

RESUMEN

Este artículo investiga la importancia de educar para el uso consciente y crítico de las redes y medios digitales en el contexto de la posverdad. A partir de la metáfora de las redes como mares turbulentos e imprevisibles, se propone una reflexión profunda sobre los desafíos y las posibilidades de la Ciberdemocracia, un concepto que designa la participación ciudadana mediada por las tecnologías digitales en tiempos en que las emociones y las narrativas personales con frecuencia se superponen a los hechos objetivos. El texto busca trazar caminos educativos que favorezcan una ciudadanía crítica, ética y sensible al complejo entorno informacional contemporáneo, reconociendo el papel central de la educación como brújula indispensable para la navegación segura en las aguas inciertas de las redes sociales. En un escenario donde la información se prolifera en un flujo continuo, la educación surge como un faro que ilumina la ruta, permitiendo que los individuos no solo consuman información, sino que también la interpreten, la cuestionen y produzcan conocimiento de manera responsable. La metáfora del mar y la navegación se revisita constantemente para ilustrar la complejidad y fluidez del entorno digital. Metodológicamente, se trata de una investigación cualitativa, teórica y exploratoria, fundamentada en una revisión bibliográfica interdisciplinaria y en un análisis de contenido orientado por las categorías ciudadanía digital, desinformación, educación crítica y mediación tecnológica. El análisis indica que las redes digitales amplían las posibilidades de participación y circulación del conocimiento, pero también favorecen burbujas informativas, desinformación y polarización; se concluye que la educación crítica y mediática es una condición relevante para una ciberdemocracia más responsable e inclusiva.

Palabras clave: Educación Mediática. Ciberdemocracia. Posverdad. Redes digitales. Ciudadanía Crítica.

ENTRE REDES E NÉVOAS

Se a verdade é o farol e a rede é o mar, quem ainda sabe navegar? Esta indagação serve como ponto de partida para uma imersão profunda nos desafios impostos pela contemporaneidade digital. Vivemos um paradoxo intrínseco à era da informação: nunca estivemos tão conectados, com um volume de dados sem precedentes à nossa disposição, e, ao mesmo tempo, tão expostos à desinformação, ao ruído ensurdecedor e ao progressivo ruir do diálogo público. As redes e



mídias digitais, que em sua gênese prometiam abrir novos horizontes para a democratização do saber e para a participação cidadã, transformaram-se, em muitos aspectos, em terrenos férteis para a proliferação da desinformação, da manipulação e da polarização ideológica (Santaella, 2003; Santos; Chagas; Porto, 2019).

Neste mar revolto de informações e narrativas, emerge com força avassaladora o conceito de pós-verdade, um fenômeno caracterizado pelo predomínio das emoções, das crenças pessoais e das narrativas subjetivas sobre os fatos objetivos e a evidência empírica (D’Ancona, 2018). As consequências desse fenômeno são de uma profundidade inquietante: o debate público se fragiliza, a confiança nas instituições tradicionais — como a imprensa, a ciência e a própria escola — é corroída, e a cidadania, antes alicerçada em princípios de racionalidade e deliberação, desfaz-se em bolhas de opinião, onde o eco das próprias convicções se torna a única melodia audível. Matthew D’Ancona (2018, p. 25) ressalta que, nesse cenário, “[...] os fatos eram um luxo e, frequentemente, algo irrelevante.”

Frente a esta perspectiva complexa e desafiadora, este artigo parte de uma questão central que permeia a tessitura de suas reflexões: qual a importância de educar para o uso crítico e consciente das redes e mídias digitais diante do cenário da pós-verdade, e quais são os caminhos possíveis para a construção de uma Ciberdemocracia efetiva e resiliente?

Refletir sobre essa pergunta implica discutir não apenas o papel necessário da educação como meio de transformação social, mas também o próprio modo como o conhecimento é produzido, compartilhado, validado e, por vezes, distorcido na contemporaneidade (Couto, 2018). É neste cruzamento vital entre as redes digitais e a prática educativa que surge a imperiosa necessidade de uma nova alfabetização — uma alfabetização midiática crítica, profundamente sensível à complexidade do ambiente digital e profundamente comprometida com os princípios democráticos e a formação de cidadãos autônomos (Santaella, 2003).

O objetivo geral deste artigo é analisar a viabilidade e os desafios da Ciberdemocracia em tempos de pós-verdade, propondo práticas educativas inovadoras e voltadas à construção de uma cidadania crítica e ética no uso das redes digitais. Para tanto, serão desenvolvidos os seguintes objetivos específicos: Discutir criticamente o conceito de Ciberdemocracia, explorando suas promessas e suas armadilhas; mapear possibilidades educativas e pedagógicas no uso de redes e mídias digitais, com foco na promoção do pensamento crítico e da autonomia; avaliar os desdobramentos do fenômeno da pós-verdade para a educação e a democracia, propondo estratégias de enfrentamento à desinformação.



MAPAS PARA NAVEGAR A TEMPESTADE

Ciberdemocracia: redes como espaço público e o desafio da inteligência coletiva

A ideia de Ciberdemocracia surge no final dos anos de 1990 e início dos anos 2000, em meio a um entusiasmo quase utópico com o advento da internet como um espaço horizontal, descentralizado e participativo (Lemos; Lévy, 2010; Lévy, 1999; Jenkins, 2009). Nesse contexto inicial, as redes digitais eram vistas como poderosas potencializadoras do debate democrático, abrindo espaço para a expressão de grupos historicamente silenciados e marginalizados, e prometendo uma ágora digital onde todos teriam voz. A metáfora da praça pública, agora estendida ao ciberespaço, sugeria um ambiente de deliberação e participação sem precedentes.

Segundo Pierre Lévy (1999), um dos mais proeminentes teóricos da cibercultura, a emergência do ciberespaço traz consigo uma nova forma de inteligência coletiva, na qual o conhecimento não é mais centralizado, mas distribuído e constantemente atualizado por uma multiplicidade de atores. Lévy (1999, p. 14-15) metaforiza a fluidez e a perenidade desse ambiente ao afirmar que:

O dilúvio informacional jamais cessará. A arca não repousará no topo do monte Ararat. O segundo dilúvio não terá fim. Não há nenhum fundo sólido sob o oceano das informações. Devemos aceitá-lo como nossa nova condição. Temos que ensinar nossos filhos a nadar, a flutuar, talvez a navegar.

Para Lemos e Lévy (2010), a Ciberdemocracia representava a chance de romper com as estruturas tradicionais de poder e dar voz a uma pluralidade de atores, promovendo uma verdadeira ecologia da comunicação. A promessa era de um ambiente onde a participação seria fluida, a informação acessível e a deliberação, um processo contínuo e inclusivo.

Contudo, a promessa democrática das redes, como um navio à deriva em águas turbulentas, não se concretizou de forma plena. Ao contrário do idealizado, assistimos à ascensão de dinâmicas perversas que corroem os alicerces da participação cidadã: algoritmos que, como correntes invisíveis, reforçam bolhas ideológicas, plataformas que monetizam a indignação e sistemas de recomendação que, como ventos impetuosos, amplificam discursos extremistas e polarizados (Pariser, 2011). A democracia, antes sustentada pelo debate racional e pelo dissenso construtivo, é progressivamente deslocada por dinâmicas de espetáculo, de superficialidade e de polarização exacerbada. A praça pública, outrora espaço de encontro e confronto de ideias, cedeu lugar ao feed infinito: fragmentado, volátil e ruidoso (Lapa; Porto; Oswald, 2019).

Ainda assim, não se pode negar o potencial das redes enquanto espaços de articulação política, de mobilização social (Couto, 2018). O desafio premente, portanto, é reconfigurar o uso



pedagógico e democrático desses artefatos, e não simplesmente abandoná-las ou demonizá-las. É preciso aprender a navegar por essas águas ambíguas, transformando o que parece ser um obstáculo em uma oportunidade para a construção de uma cidadania digital mais robusta e consciente.

Pós-verdade: entre a névoa e o espelho estilhaçado

O termo pós-verdade, eleito a palavra do ano em 2016 pelo Oxford Dictionaries (Oxford University Press, 2024), reflete uma mudança profunda e inquietante na forma como o conhecimento é percebido, construído e compartilhado na sociedade contemporânea. De acordo com Matthew D’Ancona (2018), a pós-verdade não se resume a uma mentira descarada ou a uma falsidade óbvia. Ela representa um ambiente cultural complexo no qual as emoções, as crenças pessoais e as narrativas subjetivas adquirem uma força desproporcional em relação aos fatos objetivos e à evidência empírica — um cenário onde a própria verdade se torna maleável, fluida e, por vezes, irrelevante. D’Ancona (2018, p. 85) aponta que

Os filósofos pós-modernos preferiam entender a linguagem e a cultura como ‘constructos sociais’; ou seja, fenômenos políticos que refletiam a distribuição de poder através de classe, raça, gênero e sexualidade, em vez de ideais abstratos de filosofia clássica. E se tudo é um ‘constructo social’, então, quem vai dizer o que é falso? O que impedirá o fornecedor da ‘notícia falsa’ de afirmar ser um obstinado digital combatendo a ‘hegemonia’ perversa da grande mídia.

Esse cenário nebuloso é alimentado por uma tríade de fatores interconectados, que atuam como ventos que dispersam a névoa da desinformação:

A fragmentação das fontes de informação: A proliferação de canais e plataformas digitais, muitas vezes sem curadoria ou verificação rigorosa, dificulta a distinção entre o que é factual e o que é especulativo. Isso cria ecossistemas fechados de crença, onde os indivíduos são expostos apenas a informações que confirmam suas visões de mundo, reforçando vieses e impedindo o contato com perspectivas divergentes;

O colapso da confiança nas instituições tradicionais: A crise de credibilidade que atinge a imprensa, a ciência, as universidades e até mesmo as instituições políticas abre espaço para que narrativas alternativas, muitas vezes conspiratórias, ganhem tração. A desconfiança generalizada torna o público mais suscetível a aceitar informações que se alinham com suas emoções e preconceitos, independentemente de sua veracidade;

O uso estratégico da desinformação: Agentes políticos e econômicos, munidos de sofisticados mecanismos de análise de dados e de disseminação de conteúdo, utilizam a desinformação como uma arma para manipular a opinião pública, influenciar eleições, desestabilizar adversários e promover interesses específicos (D’Ancona, 2018). A intencionalidade por trás



da disseminação de *fake news* é um elemento crucial para compreender a complexidade da pós-verdade.

Além disso, o funcionamento dos algoritmos nas redes sociais — que, como ímãs invisíveis, priorizam conteúdos engajadores, mesmo que falsos ou sensacionalistas — cria um ambiente propício para a viralização da mentira (Pariser, 2011). Nesse contexto, a visibilidade passa a ocupar posição central nas dinâmicas das redes (Sibilia, 2012), o que pode deslocar a atenção da solidez factual para o impacto emocional. D’Ancona (2018, p. 46-47) ilustra essa dinâmica ao descrever como a indústria do tabaco, no passado, buscou

Questionar a existência de um consenso científico. Foi projetada para sabotar a confiança do público e estabelecer uma falsa equivalência entre aqueles cientistas que detectaram uma ligação entre o uso do tabaco e o câncer de pulmão e aqueles que os desafiaram. O objetivo não era a vitória acadêmica, mas a confusão popular. Enquanto a dúvida pairasse sobre o caso contra o tabaco, o status quo lucrativo estaria garantido.

A pós-verdade não é, portanto, um acidente histórico ou um desvio pontual. Ela é o sintoma de uma crise mais ampla e multifacetada: uma crise epistemológica, que questiona os fundamentos do conhecimento; uma crise política, que fragiliza as bases da democracia; e uma crise educativa, que exige novas abordagens para a formação de cidadãos. Se a verdade antes era um espelho que refletia uma realidade compartilhada, agora ela é um mosaico de fragmentos estilizados — e cada um, em sua bolha de filtros, escolhe a peça que mais lhe convém, construindo sua própria versão da realidade. Essa fragmentação, como um espelho quebrado, impede a formação de uma imagem coesa e compartilhada do mundo, dificultando o diálogo e a construção de consensos.

A BÚSSOLA PARA A NAVEGAÇÃO

A presente pesquisa, de natureza qualitativa, possui caráter teórico e exploratório e busca aprofundar a compreensão dos fenômenos da Ciberdemocracia e da pós-verdade no contexto da educação crítica. Sua fundamentação metodológica reside em uma revisão bibliográfica interdisciplinar, cujo corpus é constituído pelas obras e pelos documentos mobilizados ao longo do artigo, selecionados por pertinência temática aos campos da educação, da comunicação, da filosofia política e dos estudos da mídia. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender a complexidade e a subjetividade dos fenômenos culturais em questão, permitindo uma análise aprofundada de discursos, narrativas e práticas sociais que emergem no ambiente digital.

Como procedimento metodológico, realiza-se o levantamento e a leitura crítica das fontes selecionadas, incluindo artigos científicos publicados em periódicos, livros, documentos



institucionais e outros materiais de referência relacionados à Ciberdemocracia, à pós-verdade e à educação midiática. A análise concentra-se nas formulações teóricas e nos exemplos mobilizados pelas próprias fontes, sem constituir um corpus autônomo de eventos ou casos.

A leitura e a interpretação dos materiais são orientadas por categorias analíticas previamente definidas, tais como cidadania digital, desinformação, educação crítica e mediação tecnológica. Essas categorias funcionam como eixos de organização e sistematização das informações e orientam a identificação e o agrupamento de núcleos de sentido recorrentes, divergências conceituais e lacunas de pesquisa.

A análise de conteúdo, inspirada em Laurence Bardin (2011), é empregada de modo qualitativo para identificar e organizar os principais núcleos de sentido nos textos estudados. Bardin (2011, p. 47) propõe que a análise de conteúdo desafia o pesquisador a percorrer dois caminhos convergentes: “[...] compreender o sentido da comunicação (como se fosse o receptor normal), mas também e, principalmente, desviar o olhar para uma outra significação, uma outra mensagem.” Essa abordagem permite sistematizar as estruturas de sentido presentes nas fontes em diálogo com as categorias definidas para o estudo.

A interpretação adotada assume orientação crítica, entendendo que os sentidos não são dados de forma transparente, mas emergem na relação entre o texto e o contexto sociocultural. Essa perspectiva permite uma leitura que vai além da superfície, buscando desvelar ideologias, interesses e relações de poder que se manifestam nos discursos sobre Ciberdemocracia e pós-verdade. Essa orientação crítica atua, portanto, como uma bússola para a interpretação, permitindo navegar pelas complexidades do texto e do contexto e construir um entendimento mais aprofundado.

DESVENDANDO AS CORRENTES E OS VENTOS

A cidadania digital no Brasil: desafios, assimetrias e a busca por equidade

No Brasil, a paisagem digital é marcada por contrastes acentuados. Segundo dados do Cetic.br (2023), 84% dos domicílios brasileiros estavam conectados à Internet, o equivalente a 64 milhões de residências. No entanto, o acesso, por si só, não se traduz automaticamente em uso crítico ou consciente dos dispositivos digitais. Os dados evidenciam, ainda, diferenças de conectividade entre grupos socioeconômicos, indicando que o avanço do acesso não elimina desigualdades na experiência digital.

Essa lacuna, como uma rachadura em um dique, amplia as assimetrias sociais e educacionais já existentes, especialmente em contextos escolares com menos recursos, onde a infraestrutura e a formação de professores ainda são desafios prementes. A cidadania digital, portanto, é um



projeto ainda em construção, um navio que precisa de um leme firme e de uma tripulação bem treinada para navegar pelas águas da inclusão e da equidade.

A ampliação do debate sobre Ciberdemocracia e pós-verdade exige o reconhecimento inegável de que o espaço digital não é um território neutro, tampouco se resume a um mero conjunto de artefatos tecnológicos. Trata-se, na verdade, de um campo político complexo, atravessado por interesses econômicos importantes, estruturas de poder simbólico que moldam percepções e práticas de subjetivação que impactam diretamente a forma como os sujeitos se informam, se expressam e participam da vida pública. Nesse sentido, educar para a cidadania digital transcende a mera garantia de acesso às mídias: é criar condições para que os indivíduos se apropriem criticamente dos processos comunicacionais, compreendam as lógicas subjacentes que sustentam as plataformas e desenvolvam a capacidade de agir de forma autônoma e responsável no ciberespaço. (Lemos; Lévy, 2010).

Os algoritmos, por exemplo, desempenham um papel central e, muitas vezes, invisível na configuração do que se vê e do que se sabe nas redes. Ao filtrar, ranquear e ordenar conteúdos com base em critérios de engajamento, essas tecnologias moldam não apenas a informação disponível, mas também os afetos, as percepções de realidade e, em última instância, a própria construção do conhecimento. Eli Pariser (2011) cunhou o termo “bolha de filtros” para descrever o fenômeno em que algoritmos personalizados reduzem drasticamente a diversidade informacional a que os usuários são expostos, fortalecendo vieses de confirmação e contribuindo de forma significativa para o fenômeno da polarização digital. Essa bolha, como uma redoma transparente, isola o indivíduo de perspectivas divergentes, criando um universo informacional autocentrado e, muitas vezes, distorcido.

Redes como território ambíguo: entre a emancipação e a manipulação

As redes sociais digitais, como um oceano vasto e multifacetado, funcionam simultaneamente como campo de emancipação e de manipulação. De um lado, são palcos vibrantes onde movimentos sociais ganham voz, denúncias de injustiças se amplificam e campanhas educativas alcançam projeção sem precedentes, demonstrando o potencial transformador da conectividade. Por outro lado, nesse mesmo oceano, discursos de ódio, *fake news* e teorias da conspiração se proliferam com velocidade e alcance assustadores, contaminando o debate público e minando a confiança nas instituições. A Ciberdemocracia, nesse contexto de ambiguidade, precisa enfrentar um paradoxo fundamental: como garantir a liberdade de expressão, um pilar essencial da democracia, sem, ao mesmo tempo, abrir espaço para a corrosão dos valores democráticos por meio da desinformação e da polarização? É um dilema que exige uma navegação cuidadosa, onde a liberdade não se confunda com a irresponsabilidade e a participação não se torne um veículo para a manipulação.



Práticas educativas possíveis: construindo faróis em meio à névoa

Diante dos desafios impostos pela Ciberdemocracia e pela pós-verdade, diversas experiências e abordagens pedagógicas apontam caminhos promissores, atuando como faróis que orientam a navegação em meio à névoa. Projetos de educomunicação, que integram a educação e a comunicação de forma dialógica; oficinas de checagem de fatos, que capacitam os indivíduos a verificar a veracidade das informações; laboratórios de mídia em escolas, que oferecem espaços para a produção crítica de conteúdo; e a formação docente voltada à cultura digital, que prepara os educadores para mediar as complexidades do ambiente online, são exemplos de iniciativas que potencializam a construção de uma cidadania digital ativa e consciente (UNESCO, 2021).

Educar para a mídia, nesse sentido, não é apenas ensinar técnicas ou ensinar a utilizar dispositivos digitais, mas cultivar uma postura ética, reflexiva e intrinsecamente comprometida com o bem comum. Em uma perspectiva freireana, há de se pensar no poder transformador da educação como meio de mudança dos sujeitos, e os sujeitos, por sua vez, transformam o mundo. Em outro momento, Freire (2019, p. 127) ressalta que “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa.” No século XXI, essa máxima ganha uma dimensão ainda mais urgente: educar é um ato político e também um ato informacional, que exige a capacidade de discernir, questionar e atuar de forma responsável no vasto e complexo oceano digital.

Diante disso, urge uma educação que incorpore a leitura crítica dos algoritmos e incentive a reflexão aprofundada sobre o funcionamento das plataformas digitais. Esse processo implica compreender que as redes sociais não são apenas instrumentos de comunicação, mas verdadeiras infraestruturas do cotidiano digital, com implicações políticas, econômicas e culturais de grande envergadura. É fundamental que os cidadãos compreendam como seus dados são coletados, como os algoritmos funcionam e como essas lógicas impactam a formação de suas opiniões e a sua participação na esfera pública.

Além disso, é necessário reconhecer que as plataformas digitais operam por modelos de negócio e mecanismos de recomendação capazes de privilegiar engajamento, personalização e visibilidade, influenciando a circulação de informações e a experiência dos usuários (Pariser, 2011; Sibilia, 2012). A educação, nesse contexto, deve funcionar como uma prática emancipadora e crítica, capaz de revelar camadas menos visíveis das tecnologias e promover a autonomia informacional dos sujeitos, capacitando-os a reconhecer mediações e a exercer sua cidadania de forma responsável.



O HORIZONTE DA CIBERDEMOCRACIA

Educar para o uso crítico e consciente das redes digitais é, mais do que nunca, um ato de resistência democrática. Frente ao avanço implacável da pós-verdade e à fragilidade crescente do debate público, a escola, os educadores e as políticas públicas emergem como atores cruciais, com um papel indelegável: formar sujeitos críticos, éticos e capazes de discernir entre o dado factual e o manipulado, entre a informação e a desinformação. A Ciberdemocracia, embora desafiada por ventos contrários, permanece como um ideal possível — um horizonte a ser alcançado.

No entanto, sua concretização exige práticas pedagógicas atentas às tecnologias que moldam o cotidiano, aos afetos que impulsionam as interações e às estruturas de poder que operam, muitas vezes de forma invisível, no ambiente digital. Se a verdade, como um espelho, tornou-se fragmentada em mil pedaços, que a educação seja o farol que ajude a reconstruir, com lucidez, sensibilidade e um compromisso inabalável com a justiça social, os caminhos do comum, da deliberação e da participação cidadã. É na reconstrução desses fragmentos que reside a esperança de uma sociedade mais justa e verdadeiramente democrática.

Por fim, reforça-se a importância de aproximar o campo educacional do campo político e do campo tecnológico, construindo pontes e diálogos que permitam a criação de práticas pedagógicas que dialoguem com as juventudes, valorizem suas vivências digitais e estimulem a participação social crítica. A Ciberdemocracia, em sua plenitude, não será possível sem sujeitos conscientes de seus direitos e responsabilidades no ciberespaço. E essa consciência, como uma semente, só será formada se houver investimento real em formação, escuta ativa e experimentação educativa nas redes, transformando-as em laboratórios de cidadania. Educar para a Ciberdemocracia é, portanto, formar navegantes lúcidos e resilientes em tempos de tempestade algorítmica, capazes de traçar suas próprias rotas e de contribuir para a construção de um oceano digital mais justo e equitativo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (Cetic.br). **Classes C e DE impulsionam crescimento da conectividade à internet nos lares brasileiros, mostra TIC Domicílios 2023**. São Paulo: Cetic.br, 16 nov. 2023. Disponível em: <https://cetic.br/pt/noticia/classes-c-e-de-impulsionam-crescimento-da-conectividade-a-internet-nos-lares-brasileiros-mostra-tic-domicilios-2023/>. Acesso em: 16 jul. 2025.

COUTO, Edvaldo. O pesquisador na cibercultura: nas tramas da rede, entre autorias coletivas e inovações científicas. In: PORTO, Cristiane; OLIVEIRA, Kaio Eduardo; ROSA, Flávia (org.). **Produção e difusão de ciência na cibercultura: narrativas em múltiplos olhares**. Ilhéus: Editus, 2018. p. 21-39. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788574555249.0003>. Acesso em: 28 jun. 2025.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. Tradução de Carlos Szlak. Barueri: Faro Editorial, 2018.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. Tradução de Susana Alexandria. São Paulo: Aleph, 2009. Disponível em: <https://cienciaslinguagem.eca.usp.br/L3JenkinsConvergencia.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2025.

LAPA, Andrea; PORTO, Cristiane; OSWALD, Maria Luiza. "Educação ativista na cibercultura: experiências plurais nas redes educativas". **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 20, n. Esp, p. 1–6, 2019. DOI: 10.12957/teias.2019.46457. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/46457>. Acesso em: 28 jun. 2025.

LEMONS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999. Disponível em: <https://mundoativodigital.files.wordpress.com/2016/03/cibercultura-pierre-levy.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2025.

OXFORD UNIVERSITY PRESS. **Oxford Word of the Year: defining the past 20 years**. Oxford: Oxford University Press, 1 out. 2024. Disponível em: <https://corp.oup.com/feature/oxford-word-of-the-year-defining-the-past-20-years/>. Acesso em: 16 jul. 2025.



PARISER, Eli. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. Tradução de Cláudio Marcondes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SANTOS, Leandro Sant'Anna; CHAGAS, Alexandre Meneses; PORTO, Cristiane de Magalhães. Isso não é fake news: a divulgação científica como instrumento para conhecer e compreender a ciência. In: PORTO, Cristiane de Magalhães; OLIVEIRA, Kaio Eduardo de Jesus; CHAGAS, Alexandre Meneses (org.). **Educiber: dilemas e práticas contemporâneas**. Aracaju: EDUNIT, 2019. v. 2, p. 33-46. Disponível em: https://editoratiradentes.com.br/wp-content/uploads/2025/10/Educiber_2.pdf. Acesso em: 28 jun. 2025.

SANTAELLA, Lúcia. **Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à ciberultura**. São Paulo: Paulus, 2003.

SIBILIA, Paula. **Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

UNESCO. **Media and information literate citizens: think critically, click wisely! Media and information literacy curriculum for educators and learners**. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377068>. Acesso em: 16 jul. 2025.